



ESTUDO PARA IDENTIFICAÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NAS EDIFICAÇÕES E SÍTIOS DOS CAMPI DO IFMG

Coordenador (es): Helena Tuler Creston, Erika de Lima Martins Cindra, Lara Fernanda Nunes Dourado

Membros da equipe: Emanuele Alves Malaquias, Eduarda Júlia Souza Dias, Giovanna Rocha dos Santos, Isabella Almeida Bastos Rodrigues Silva, Isadora Corrêa de Souza, Júlia Mendes Silva, Keteny Vitoria Pereira Martins, Maria Júlia Alves Gonçalves, Miguel Corrêa de Sousa, Tatiane Aparecida Moreira, Thamiris Letícia de Paula Ramos, Wesley Silva Gualberto.

Campus: Santa Luzia.

Área Temática^[1]: Cultura.

RESUMO

Neste estudo, pretendemos identificar e mapear as edificações e conjuntos arquitetônicos existentes no âmbito do IFMG, considerando aspectos de relevância sob o ponto de vista do Patrimônio Histórico e Cultural, material e imaterial. Como produto desse objetivo, serão elaboradas fichas de inventários com caracterização detalhada para cada bem cultural. A partir do conhecimento e documentação de todos os bens, objetivamos desenvolver diretrizes e projetos para orientar sua preservação e manutenção, considerando as especificidades de cada bem. Ao longo de todo o projeto, prevemos ações participativas de sensibilização e articulação com as comunidades dos entornos dos Campi. Assim, a importância desse projeto se dá tanto no nível do concreto, da materialidade, quanto naquilo que é da ordem da subjetividade. Trata-se de um trabalho sobre memória e relação com o lugar, pré-existências, apropriações, participação e inserção social. O primeiro ano do projeto será focado no campus de Ouro Preto, considerando sua temporalidade e interesse



histórico. A partir do modelo elaborado e aplicado nesse campus, a intenção é reproduzir a metodologia nos demais campi do IFMG.

Palavras-chave: patrimônio cultural, preservação, memória.

INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais são de grande importância para a educação nacional, tendo sido parte do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, apresentado em 2005, pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Porém, foi só através da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que os IFs foram criados, sendo distribuídos em todas as unidades da Federação. Podemos dizer que a criação e a implantação dos IFs tiveram uma dimensão territorial expressiva: a interiorização do ensino profissional, tecnológico e do ensino superior, por meio da instalação de novos campi universitários que se deu, sobretudo, em cidades de pequeno e médio portes. Esse aspecto é de suma relevância dentro de um processo de democratização do acesso à educação pública, visto que, historicamente, temos uma concentração de universidades e escolas técnicas federais implantadas em capitais e grandes centros regionais, conforme evidencia Máximo (2020), em seu artigo acerca dos “Efeitos territoriais de políticas educacionais”. Assim, os Institutos Federais contribuíram para o desenvolvimento local desses municípios menores e menos assistidos, especialmente por sua articulação através de audiências públicas e consultas prévias com a comunidade. Cabe também ressaltar, conforme dados da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do MEC, que a definição das cidades que receberiam um campus de IFs dar-se-ia a partir de critérios objetivos, dentre os quais destacamos: a sintonia com os arranjos produtivos locais e o aproveitamento de infraestruturas físicas existentes. Esse segundo critério nos é de especial interesse, sendo objeto do projeto de extensão aqui esboçado. Aqui, pretendemos identificar o patrimônio histórico das edificações e sítios dos campi IFMG, propondo formas de preservá-lo. O IFMG, assim como outros Institutos Federais, seguiu essa prática de utilização de edificações pré-existentes, seja na incorporação de antigas Escolas Técnicas, seja no aproveitamento de estruturas de outras instituições, cedidas ou doadas pelas Prefeituras dos municípios onde o IF veio a ser implantado. Assim, o IFMG foi inicialmente formado pela incorporação da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista, dos Cefets de Ouro Preto e Bambuí e das Uneds



de Formiga e Congonhas. Nesse sentido, entendemos que o patrimônio material evidencia a memória de um lugar, pois é um suporte para as narrativas passadas, podendo ser acessadas, além de ganhar novos valores e significados, na atualidade. Soma-se a isso o fato de que o patrimônio contém vestígios de outros tempos, o que reforça sentimentos de identificação, pertencimento e continuidade histórica. Assim, preservar o patrimônio histórico nos sensibiliza e nos estimula a acessar o passado, conhecê-lo e mantê-lo vivo, sendo um suporte espacial e essencial para a manutenção de determinadas práticas socioculturais. Acreditamos que exista uma grande riqueza de elementos e conjuntos arquitetônicos em todos os campi do IFMG a serem identificados, mapeados e inventariados. Conforme sejam neles percebidos valores históricos, arquitetônicos ou, ainda, como amplia a Carta de Burra (1980), lhes forem atribuídos “significação cultural” pela coletividade, esses bens devem ser preservados. Assim, a importância desse projeto se dá tanto no nível do concreto, da materialidade, quanto naquilo que é da ordem da subjetividade. Trata-se de um trabalho sobre memória e relação com o lugar, pré-existências, apropriações, participação e inserção social. Nesse sentido, este projeto de extensão tem como foco a identificação e gestão do Patrimônio Histórico nas edificações e sítios dos 18 Campi do IFMG. Neste estudo, pretendemos identificar e mapear as edificações e conjuntos arquitetônicos existentes no âmbito do IFMG, considerando aspectos de relevância sob o ponto de vista do Patrimônio Histórico e Cultural, material ou imaterial. Como produto desse objetivo, serão elaboradas fichas de inventários com caracterização detalhada para cada bem cultural, com base nas metodologias utilizadas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), as quais serão apresentadas adiante. A partir do conhecimento e documentação de todos os bens, objetivamos desenvolver diretrizes para orientar sua preservação e manutenção, considerando as especificidades de cada bem. Tais diretrizes serão entregues em um documento digital e/ou físico, em caráter de manual e de projeto, tendo como referência o caderno metodológico denominado: “Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural”, produzido pelo Programa Monumenta/IPHAN. Apresentaremos essa metodologia à frente. O documento produzido deve ser direcionado, tanto aos setores internos do IFMG, quanto às demais instâncias pertinentes, quando se fizer necessário. Ao longo de todo o projeto, como evidenciaremos mais adiante, prevemos ações participativas de sensibilização e articulação com as comunidades dos entornos dos Campi, tanto nas etapas de levantamento, nas quais elas são essenciais para a identificação dos bens culturais e de seus valores, quanto na decisão e implementação das diretrizes propostas. Por fim, propomos uma articulação deste projeto de extensão com o já existente “Centro de memória”, uma vez que ambos pretendem realizar, guardadas suas particularidades, “...um minucioso trabalho com foco na valorização das experiências



multicampi: inclusão de pessoas, memórias e discursos; e ainda, possibilitar o desenvolvimento de uma narrativa contínua e interligada a elementos de uma história em comum” (IFMG Santa Luzia, 2025). O primeiro ano do projeto será focado no campus de Ouro Preto, considerando sua temporalidade e interesse histórico. A partir do modelo elaborado e aplicado nesse campus, a intenção é reproduzir a metodologia nos demais campi do IFMG.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA

A teoria contemporânea elaborada por Viñas (2021) é nossa base conceitual mais geral para acessar e/ou elaborar metodologias, visto que busca considerar aspectos subjetivos do patrimônio cultural, ainda que trabalhe com materialidades. A seguir, apresentaremos a metodologia (de cunho qualitativo) e as etapas do projeto. Para identificar e mapear as edificações e conjuntos arquitetônicos existentes no âmbito do IFMG, em uma primeira etapa, buscaremos em bases e acervos digitais informações acerca da história e construção de cada campus. Nessa etapa, podemos partir da documentação já disponível no portal do Centro de Memória. Em uma segunda etapa, será elaborado um ou mais modelos de ficha de inventário para posterior realização do inventariamento dos bens culturais, com foco nas edificações e conjuntos arquitetônicos históricos do IFMG, iniciando pelo campus de Ouro Preto. Nossas bases metodológicas para a realização dos inventários no IFMG serão: 1. O Inventário Nacional de Configuração dos Espaços Urbanos (INCEU), com Manual de Aplicação publicado em 2001, após experiências em Pirenópolis e Goiás; 2. As fichas utilizadas pelo IEPHA; e 3. O Inventário Pedagógico, de 2016, que acabou evoluindo para um Manual de Aplicação mais abrangente, denominado “Educação Patrimonial: inventários participativos”. O INCEU, embora voltado à escala urbana, será utilizado como referência metodológica, pois se destaca por uma série de pesquisas sobre a apreensão, análise e caracterização dos espaços. Tal inventário abrange duas categorias importantes: categorias de percepção do espaço (o modo de conhecimento sensível); e categorias de representação projetual (geometria e morfologia precisas). Pretendemos nortear nossas fichas em ambas. No âmbito do IEPHA, os inventários são medidas administrativas de proteção ao patrimônio cultural, previstos na Constituição Federal e Estadual. Eles correspondem à atividade de identificação, pesquisa, documentação e gestão de bens culturais. Pretendemos selecionar os modelos de fichas utilizados pelo Instituto, pertinentes ao contexto do IFMG, como ponto de partida para a elaboração de nossas próprias fichas, considerando possíveis adequações. O Manual de Aplicação de inventários participativos, por sua vez, sugere processos de diálogo direto com pessoas, instituições e comunidades, reconhecendo a sociedade civil como detentora de conhecimentos populares, fundamentais para a compreensão, para o levantamento e para a documentação das referências culturais, dos mais variados grupos sociais.



Entendemos que as informações obtidas, a partir dos processos participativos de inventariamento, são primordiais para a elaboração de diretrizes em contextos de interesse cultural. Isso permite repensar os espaços construídos, tendo em vista os grupos e seus territórios, carregados de significados e conteúdos. Assim, a partir das atuais e variadas metodologias de inventariamento, a participação da sociedade civil tornou-se elemento fundamental das ações preservacionistas, a fim de garantir seu caráter representativo e identitário. Dessa forma, na etapa de inventariamento, que seguirá esse segundo momento com as fichas já elaboradas, nos propomos a encontros com as comunidades dos entornos dos campi do IFMG, para uma escuta ativa. Através de metodologias ligadas à memória oral (Albert, 2005), a grupos focais (Gondim, 2003), a cartografias afetivas (Iconoclasistas, 2013), dentre outras formas possíveis de interação, a aludida etapa poderá ser elaborada ao longo do processo e diante do contexto de cada campus. A referida escuta finalizará a coleta de informações, preenchendo as fichas do inventário de identificação dos bens culturais. A mobilização para esses encontros deverá ser feita previamente às idas a cada campus, de forma virtual. Com os bens caracterizados, entraremos na quarta etapa do projeto, na qual definiremos diretrizes para orientar a preservação e manutenção do patrimônio identificado. Nossa referência metodológica para essa etapa é o manual elaborado pelo Programa Monumenta, conforme mencionado nos objetivos. A partir dele, são estabelecidas algumas premissas que devem ser consideradas ao lidarmos com o patrimônio cultural. Destacamos o respeito aos valores (que não estão apenas no objeto, mas também nos sujeitos) e às dimensões histórica, artística e cultural; a manutenção, o máximo possível, da autenticidade (histórica, estética, dos materiais, dos processos construtivos, do entorno etc); e a atenção aos usos compatíveis com as características e valores agregados ao bem, nos casos de reabilitação. O método trazido pelo manual propõe a realização de 3 etapas: etapa 1) identificação e conhecimento do bem; etapa 2) diagnóstico e etapa 3) proposta de intervenção e gestão. A etapa 1 embasada no “Monumenta” já terá sido realizada no inventariamento, então daremos continuidade com as etapas 2 e 3. O Diagnóstico complementa o conhecimento do objeto, analisando de forma pormenorizada determinados problemas ou interesses específicos de utilização do bem cultural. Assim, é constituída pelo mapeamento de danos (levantamento de todas as patologias identificadas na edificação, relacionando-as aos seus agentes e causas) e pela análise do estado de conservação do bem. As informações dessa etapa serão entregues em relatórios, também em desenhos, indicando os danos, e em fichas de documentação fotográfica, a partir das bases produzidas na primeira etapa. Em seguida, junto à comunidade dos entornos de cada campus, passaremos à etapa “Proposta de intervenção e gestão”, que compreende o conjunto de ações necessárias ao bem cultural, determinando soluções, usos adequados e procedimentos de execução, abordados técnica e conceitualmente. horizonte crítico e transformador (Iconoclasistas, 2013).



RESULTADOS E DISCUSSÕES (considerações finais)

O projeto de extensão tem duração estimada de um ano, iniciando-se no campus do IFMG de Ouro Preto, podendo ser ampliado, posteriormente, em outros editais, para aplicação nos demais campi do IFMG. Estamos nos primeiros meses de execução, iniciando a etapa 1, de pesquisa digital e histórica, concomitante à etapa 2, de elaboração do modelo de ficha de inventário, a ser utilizado nos levantamentos in loco, que constituem a etapa seguinte, porém também já iniciada. A etapa 3, de inventariamento dos bens culturais de cada campus, é a mais extensa do projeto e está atrelada à disponibilidade de deslocamento, principalmente no que se refere aos meios de transporte ou recursos financeiros para a realização de viagens a Ouro Preto. Nesse ponto, temos como resultado esperado a entrega de um produto intermediário, que são as fichas de identificação das edificações de interesse cultural. As etapas de diagnóstico e a de definição das diretrizes e projetos para cada campus acontecerão em paralelo aos levantamentos, na medida em que as fichas forem sendo concluídas. Na etapa de diretrizes/projetos, recomenda-se o retorno ao campus para a continuidade do processo participativo. Além disso, sugerimos que todo o conteúdo produzido seja disponibilizado nas plataformas digitais do IFMG, inclusive, em sua rede social, ao longo do processo, uma vez que constitui um canal importante de acesso à informação, difusão do conhecimento e mobilização da comunidade. Nesse sentido, atrelamos esse projeto de extensão a outro projeto, que se desdobrou desse inicial, denominado: “Patrimônio Cultural em rede: memória, identidade e comunicação entre o IFMG e a comunidade”. Este segundo tem como foco, exatamente, a articulação do primeiro com a comunidade interna e externa do IFMG, através das plataformas virtuais, tanto nas pré-atividades de mobilização da comunidade, como na divulgação dos trabalhos já realizados. Além disso, visa a criação de uma identidade visual para o projeto citado e a organização digital também das informações nas fichas de inventário a serem elaboradas, com caracterização detalhada para cada bem cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBERT, Verena. **Manual de História Oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BRASIL. (2008, 29 de dezembro). **Lei Federal n. 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Brasília: Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em 26 mar. 2025.



CENTRO DE MEMÓRIA. **Quem somos?** Disponível em: <https://memoria.ifmg.edu.br/>. Acesso em 26 mar. 2025.

GONDIM, Sônia. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos.** *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 12(24), 2003, p. 149-161. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/8zzDgMmCBnBJxNvfk7qKQRF/>. Acesso em 26 mar. 2025.

ICOMOS. **Carta de Burra. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, 1980.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2025.

ICONOCLASISTAS. **Manual de mapeo colectivo: recursos cartográficos críticos para processos territoriales de creación colaborativa.** Julia Risler y Pablo Ares. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013. Disponível em: <https://iconoclasistas.net/4322-2/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz (Org.). **Inventários de identificação: um programa da experiência brasileira Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.** SILVA, Jesué Graciliano da (org.). **Institutos Federais dos brasileiros: a história contada por quem fez.** São Paulo: Artliber Editora, 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1E68SJ36ul9x2qnxGh5R9r_Mmt7sBXOsi/view. Acesso em 26 mar. 2025.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoria contemporânea da restauração.** Tradução Flavio de Lemos Carsalade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.